

2^a Edição Revista e Atualizada

Sérgio Abreu

Os Descaminhos da Tolerância

O afro-brasileiro e o Princípio da Igualdade e
da Isonomia no Direito Constitucional

EDITORIA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2024

Sumário

| | |
|--|-----------|
| Introdução à Segunda Edição | 1 |
| Capítulo I – O Contexto Social e o Afro-Brasileiro | 7 |
| 1.1. O afro-brasileiro e as desigualdades raciais (análise crítica das teorias racialistas)..... | 7 |
| 1.2. Reflexão interdisciplinar das desigualdades raciais..... | 26 |
| 1.3. Heróis e Heroínas da Pátria. A Resistência Negra ao Racismo | 26 |
| 1.4. A frenologia e a etnologia | 30 |
| 1.5. As academias de medicina — os sanitaristas..... | 34 |
| 1.5.1. A Faculdade de Medicina da Bahia (1870 - 1930) | 34 |
| 1.5.2. A Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro | 35 |
| 1.5.3. As academias de direito | 35 |
| 1.5.3.1. A Academia de Direito de São Paulo (1870 - 1930) | 35 |
| 1.5.3.2. A Academia de Direito de Recife (1870-930) | 36 |
| Capítulo II – O Princípio da Isonomia e a Igualdade do Afro-Brasileiro no Direito Constitucional..... | 39 |
| 2.1. A construção do princípio isonômico..... | 39 |
| 2.2. A evolução histórico-conceitual das categorias: racismo, discriminação e preconceito..... | 51 |
| 2.3. Racismo | 55 |
| 2.3.1. A Amplificação Conceitual do Racismo | 57 |
| 2.3.2. Racismo Reverso..... | 62 |

| | |
|---|-----|
| 2.3.3. Racismo Estrutural | 65 |
| 2.3.4. Racismo Estrutural: Gênero e Orientação Sexual | 71 |
| 2.3.5. Racismo Estrutural e Mulher Negra..... | 73 |
| 2.3.6. Racismo Estrutural e Orientação Sexual | 75 |
| 2.3.7. Racismo Funcional e Institucional..... | 77 |
| 2.3.7.1. Diferença entre Racismo Funcional e Institucional | 77 |
| 2.3.7.2. Direito Constitucional: Racismo Funcional e Institucional..... | 78 |
| 2.3.7.3. Racismo Institucional no Sistema Prisional e Socioeducativo | 85 |
| 2.3.7.4. O Racismo na Europa Segundo o Relatório da União Europeia Sobre Minorias e Discriminação | 87 |
| 2.3.7.5. Sistema Europeu | 88 |
| 2.3.7.6. Estados Unidos | 88 |
| 2.3.7.7. Racismo Ambiental e Climático | 89 |
| 2.3.7.8. Os Racismos a partir da Lei nº 7716/91 com as alterações introduzidas pela Lei Nº 14.532/2023 | 98 |
| 2.3.7.8.1. Questões Envolvidas no Crime de Injúria racial..... | 98 |
| 2.3.7.8.2. Racismo Religioso..... | 101 |
| 2.3.7.8.3. Racismo Religioso Institucional. O Caso do Feriado de São Jorge e a Decisão do Supremo Tribunal Federal.... | 109 |
| 2.3.7.8.4. Racismo na Internet e Redes Sociais..... | 111 |
| 2.3.7.8.5. Racismo Recreativo | 117 |
| 2.3.7.8.6. Os meios de comunicação e o racismo recreativo no Brasil | 119 |
| 2.3.7.8.7. Racismo no Esporte | 121 |

| | |
|--|-----|
| 2.3.7.9. Instrumentos de Denúncia do Racismo. | |
| Delegacias de Crimes Raciais | 125 |
| 2.3.7.9.1. SOS Racismo | 125 |
| 2.3.7.9.2. Disque Racismo..... | 126 |
| 2.3.7.9.3. Delegacias de Crimes Raciais | 127 |
| 2.4. Discriminação | 129 |
| 2.4.1. Formas de discriminação | 131 |
| 2.4.1.1. Discriminação Direta/Imediata | 131 |
| 2.4.1.2. Discriminação indireta | 131 |
| 2.4.1.3. Discriminação Múltipla | 137 |
| 2.5. Preconceito | 139 |
| 2.6. O afro-brasileiro e a proteção constitucional à diversidade étnico cultural | 147 |
| 2.7. A legislação infraconstitucional frente à intolerância étnico cultural | 153 |
| 2.7.1 Considerações acerca do princípio conformador | 153 |
| 2.7.2. Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990) | 158 |
| 2.7.3. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) | 159 |
| 2.7.4. Estatuto da Igualdade Racial. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010..... | 160 |
| 2.7.5. A Lei 10.639/2003, Altera a Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, que Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional..... | 161 |

| | |
|--|------------|
| 2.7.6. A lei dos crimes de tortura (Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997) | 162 |
| 2.8. A proteção étnico-cultural em outros sistemas..... | 166 |
| 2.8.1. A experiência norte-americana | 167 |
| 2.8.1.1. O ativismo judicial | 167 |
| 2.8.1.2. As conquistas..... | 169 |
| 2.8.1.3. O Retrocesso na Marcha das Ações Afirmativas..... | 171 |
| 2.8.2. — A evolução histórico-conceitual/ da <i>affirmative action</i> | 173 |
| 2.8.3. Lei internacional reconhece que aqueles que cometem crimes contra a humanidade devem pagar reparações..... | 175 |
| 2.9. Sistema educacional..... | 180 |
| 2.10. Diversidade cultural e unidade nacional nos EUA - Educação para o mercado de trabalho | 181 |
| 2.11. Processos de dessegregação no campo educacional..... | 181 |
| 2.12. O papel da Suprema Corte nos Estados Unidos..... | 182 |
| 2.13. Experiência europeia | 183 |
| 2.13.1. O princípio da discriminação positiva | 183 |
| Capítulo III – As Diferentes Formas de Racismo..... | 185 |
| 3.1. O Racismo como Processo de Desumanização | 185 |
| 3.1.1. A Cimeira de Juristas Negros | 185 |
| 3.1.2. Política de Segurança Pública e Racismo Institucional..... | 187 |
| 3.1.3. Letramento Direito como Fator de Justiça | 187 |
| 3.1.4. Encarceramento Racista | 189 |

| | |
|---|------------|
| 3.1.5. Histórico das Chacinas Contra as Comunidades Negras Periféricas | 192 |
| 3.1.6. “Black Lives Matter” “I Can’t Breathe”: Violência Policial Racista | 195 |
| 3.1.7. Juventude Negra Periférica: Do Crime de Genocídio por Omissão | 197 |
| 3.1.8. Da Condição Análoga à Escravidão | 199 |
| Capítulo IV – O Sistema de Justiça no Combate ao Racismo | 205 |
| 4.1. O Sistema Judicial e a Disparidade Racial | 205 |
| 4.2. Normas Estaduais que Punem Servidores Públicos pela Prática de Racismo | 206 |
| 4.3. O Ensino Jurídico e a Formação dos Operadores do Direito | 206 |
| 4.4. As Disparidades de Raça e Gênero no Ministério Público..... | 209 |
| 4.5. As Disparidades de Raça e Gênero na Magistratura | 210 |
| 4.6. Dados que Revelam a Sub-representação de Negros no Sistema de Segurança Pública e Serventuários da Justiça..... | 211 |
| 4.7. Organização de Juízes e Juízas Negras | 212 |
| Capítulo V – As Políticas de Ação Afirmativa – as Cotas Raciais nas Universidades Públicas e Serviço Público | 213 |
| 5.1. A luta histórica das políticas de ação afirmativa – preâmbulo ... | 213 |
| 5.2. As Cotas no Supremo Tribunal Federal | 221 |
| 5.3. Lei que instituiu as cotas raciais nas universidades públicas | 225 |
| 5.4. Das Cotas Raciais no Serviço Público Federal e nas Carreiras Jurídicas | 227 |

| | |
|---|------------|
| Capítulo VI – A Intolerância Racial e a Internacionalização dos Direitos Humanos..... | 231 |
| 6.1. Os instrumentos de prevenção à intolerância racial..... | 231 |
| 6.2. Os instrumentos internacionais de direitos humanos de proteção particularizada ratificados pelo Brasil..... | 242 |
| 6.3. A incorporação dos instrumentos internacionais de proteção particularizada no direito brasileiro | 244 |
| 6.4. Indenização Pela Escravidão | 252 |
| Conclusão | 257 |
| Posfácio..... | 261 |
| Referências Bibliográficas..... | 269 |